

---

# A ATUALIDADE DAS TEORIAS CRÍTICAS E A REVITALIZAÇÃO DA CATEGORIA ANALÍTICA “IDEOLOGIA” NA PSICOLOGIA SOCIAL

## *LA PUNTUALIDAD DE LAS TEORÍAS CRÍTICAS Y LA REVITALIZACIÓN DE LA CATEGORÍA ANALÍTICA “IDEOLOGÍA” EN PSICOLOGÍA SOCIAL*

### *THE TIMELINESS OF CRITICAL THEORIES AND THE REVITALIZATION OF THE ANALYTICAL CATEGORY “IDEOLOGY” IN SOCIAL PSYCHOLOGY*

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p552>

**Pedrinho A. Guareschi**

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil*

**Adriane Roso**

*Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, Brasil*

**Denise Amon**

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil*

---

#### RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar a atualidade das teorias críticas ao campo da Psicologia Social, propondo a revitalização da categoria analítica ideologia. Trata-se de um artigo teórico-empírico, dividido em quatro partes: (a) breve histórico do conceito de ideologia, (b) articulação teórica da ideologia com a Psicologia Social, (c) identificação das tendências na produção de artigos na *Psicologia & Sociedade*, de maneira a verificar alguns caminhos conceituais de ideologia nesta revista e (d) reflexão sobre como o emprego da ideologia no sentido crítico pode colaborar na análise do atual contexto brasileiro. Concluímos reafirmando que a categoria ideologia é complexa e diversa, mas ainda pouco valorizada pela Psicologia Social. Uma Psicologia Social que se proponha sociológica deve colocar a ideologia numa perspectiva crítica como centro de suas preocupações, juntamente com a comunicação.

**Palavras-chave:** psicologia social; ideologia; política; teorias críticas.

#### RESUMEN

El objetivo de este artículo es mostrar la relevancia de las teorías críticas en el campo de la Psicología Social, proponiendo la revitalización de la categoría analítica ideología. Se trata de un trabajo teórico y empírico, dividido en cuatro partes: (a) breve historia del concepto de ideología, (b) la articulación teórica de la ideología con la Psicología Social, (c) la identificación de las tendencias en la producción de artículos en *Psicología & Sociedade*, con el fin de verificar algunos aspectos conceptuales de la ideología en este periódico y (d) la consideración de cómo el uso de la ideología en el sentido crítico puede colaborar en el análisis del contexto actual de Brasil. Nosotros hemos reafirmado que la categoría ideología es compleja y diversa, pero aún poco apreciada por la Psicología Social. Una Psicología Social que se proponga sociológica debe poner la ideología en un sentido crítico en el centro de sus preocupaciones, junto con la comunicación.

**Palabras clave:** psicología social; ideología; política; teorias críticas.

#### ABSTRACT

The purpose of this article is to show the relevance of critical theories to the field of Social Psychology, proposing the revitalization of the analytical category ideology. This is a theoretical and empirical paper divided into four parts: (a) brief history of the concept of ideology, (b) theoretical articulation of ideology with Social Psychology, (c) identification of trends in the production of articles in the journal *Psicologia & Sociedade*, in order to verify some conceptual paths of ideology in this journal and (d) consideration on how the use of ideology in the critical sense can collaborate with the analysis of the current Brazilian context. We conclude reaffirming that the category ideology is complex and diverse, but still underrated by Social Psychology. A Social Psychology that proposes to be sociological must place ideology in a critical perspective in the center of its concerns, along with communication.

**Keywords:** social psychology; ideology; politics; critical theories.

---

O objeto central e exclusivo da Psicologia Social deve ser o estudo de tudo o que se refira à *ideologia* e à *comunicação*, do ponto de vista de sua estrutura, sua gênese e sua função.

(Moscovici, 2003, p. 154)

## Introdução

Neste texto<sup>1</sup>, temos como objetivo principal mostrar a atualidade das teorias críticas ao campo da Psicologia Social. Faremos isso revitalizando a categoria analítica ideologia, pois consideramos que a partir dela se potencializam incisões ou rachaduras nos discursos sobre sistemas de poder.

Levando em conta que as teorias críticas não dizem respeito a uma única escola de pensamento e que também nem sempre fazem uso da categoria analítica ideologia, adotamos como assertivas de trabalho os seguintes pressupostos: (a) uma concepção revitalizada de teorias críticas que utilizam o conceito de ideologia poderia trazer contribuições importantes para o campo da Psicologia Social e (b) o conceito de ideologia, como desenvolvido por Thompson (1995) - o uso de formas simbólicas para criar ou reproduzir relações de dominação - constitui uma prática crítica que abre possibilidades para sua revitalização.

Primeiramente, faremos uma breve reconstrução histórica do conceito de ideologia, sinalizando suas transformações ao longo do tempo. Depois, articularemos teoricamente as relações da ideologia com a Psicologia Social. A seguir, buscaremos identificar as tendências na produção de artigos na revista *Psicologia & Sociedade*, de maneira a verificar alguns caminhos conceituais de ideologia neste periódico. Perguntaremos o que as produções teóricas e empíricas nos dizem sobre ideologia, em que sentido ela é empregada e se é feita alguma relação entre Psicologia e ideologia. Estamos cientes de que o levantamento não dá conta de toda produção relativa à ideologia, mas ele serve como um indicador da importância de conhecermos o que se publica na Psicologia Social e, a partir daí, mostrar a potência do conceito. Ao final, apresentaremos uma reflexão acerca de como o emprego da ideologia, no sentido proposto por Thompson (1995), pode colaborar na análise do atual contexto brasileiro. Examinaremos alguns exemplos que não estão ligados claramente à história do conceito e nem ao levantamento da produção, considerando que eles contribuem na revitalização do conceito. Desta forma, esperamos estimular outros pesquisadores a trabalharem com este operador frutífero.

É comum ouvirem-se, até mesmo em congressos ou na fala de professores, afirmações como “O estudo da ideologia está ultrapassado!”; ou identificar ideologia pura e simplesmente como um mal a ser exterminado, como no caso das discussões sobre ideologia de gênero<sup>2</sup> ou, ainda, afirmar que o estudo da ideologia não deve fazer parte das investigações “científicas”. É nosso propósito mostrar que ainda é importante escrever e estudar ideologia na Psicologia Social.

## Ideologia: história de transformações

Ao longo da história das ideias, o conceito de ideologia não percorreu um caminho linear. Sua elaboração, compreensão e uso como categoria analítica da sociedade passaram por muitas mudanças tanto no que se refere ao conteúdo ao qual alude, quanto no que se refere à valoração positiva, neutra ou negativa. É uma história de transformações permeada por diferenças e controvérsias entre autores e disciplinas do conhecimento. Os comentários que seguem não constituem uma abordagem sistemática do conceito, o que estaria muito além do escopo deste artigo.<sup>3</sup> Nossa intenção é recuperar algumas noções e contextos aos quais a ideologia foi historicamente vinculada como perspectivas para refletir sobre certos problemas da Psicologia Social.

De acordo com Löwy (1985) e Thompson (1995), o conceito de ideologia tem sua origem no tratado do filósofo francês Destutt de Tracy, no final do século XVII, início do século XVIII, quando foi definida como o estudo das ideias e sensações. Sendo estas oriundas dos sentidos e percepção sensorial, e resultantes da interação dos seres vivos com o meio ambiente, a ideologia era classificada como parte da zoologia, campo que trata do comportamento de organismos vivos. Ele argumentou que não era possível conhecer as coisas diretamente, mas apenas através das ideias formadas a partir das sensações. Ideologia era entendida como o estudo sistemático das ideias e sensações que fundamentariam o conhecimento científico e as conclusões práticas dele decorrentes. Ideologia era, assim, a ciência das ideias e estaria na base de todas as outras; levaria ao conhecimento da natureza humana e, portanto, daria diretrizes para a ordem social e política. O filósofo e seu grupo foram atacados por Napoleão como ideólogos, noção que aludia aos que viviam em mundo abstrato e especulativo, longe da realidade, distante do poder político. O sentido neutro atribuído por Destutt de Tracy foi destituído em favor da conotação napoleônica negativa. Não era mais a ciência das ideias, mas as ideias mesmas, sendo

estas distantes da realidade, ilusórias e desprezíveis, devendo ser combatidas.

Ao ser retomado por Marx, o conceito de ideologia mudou o sentido, ligou-se a um referencial teórico e a um programa político. A concepção de ideologia em Marx, contudo, não é clara e tampouco coerente ao longo de sua obra. Um dos sentidos assemelha-se ao utilizado por Napoleão: algo equivocado, valorização exacerbada das ideias, concepções e pensamentos em detrimento das condições da vida sócio-histórica que os originaram. Na época de sua formulação, este sentido implicava uma crítica aos jovens hegelianos, cuja dialética tinha como proposição opor ideias a ideias. Thompson (1995) refere-se a esta formulação como concepção “polêmica” da ideologia (p. 50). Em diferenciação a ela, há em Marx a noção de ideologia relacionada à consciência de classe, que Thompson (1995) chamou de “epifenômica” (p. 54). Esta concerne a um sistema de ideias – tais como religião, moral, doutrinas políticas -, atreladas a interesses da classe dominante, que representam uma deformação da realidade e geram ilusão, deturpação, falsa consciência e intenção de manter dominação. Há, ainda, outro sentido de ideologia em Marx, que Thompson (1995) identifica como “latente” (p. 57). Este diz respeito a um sistema de representações, construções simbólicas, valores, costumes e tradições, crenças e opiniões presentes na vida social, que sustentam relações de dominação mediante o desvio da orientação das pessoas para o passado, do obscurecimento das relações de classe e do propósito de mudança social. Todas as três noções de ideologia em Marx são carregadas do sentido negativo e crítico que havia na forma como Napoleão empregava o termo. O conteúdo da ideologia era formado por representações inadequadas, equivocadas e ilusórias, com o objetivo de expressar interesses das classes dominantes e manter a ordem estabelecida; estas falsas representações poderiam ser desmascaradas pela análise científica, pela atividade crítica da reflexão sobre as condições materiais de produção e da reflexão acerca da mudança social.

Löwy (1985) e Thompson (1995) argumentam que, em Lenin, o conceito passou a aludir a concepções da realidade social ou política vinculada a interesses e posições de classes sociais, havendo, desta forma, ideologia burguesa e ideologia proletária. O sentido pejorativo encontrado originalmente em Marx se reduziu na concepção marxista leninista. O mesmo ocorreu em Lukács, que se referia à ideologia do proletariado. Ambos tomaram ideologia num sentido mais geral aludindo ao conjunto das ideias que manifestam e promovem interesses de classes. A formulação não implicava um sentido enganador e

ilusório a ser combatido, era apenas um aspecto da vida social. A tal fenômeno Thompson (1995) se reportou como “a neutralização do conceito de ideologia” (p. 62), na medida em que o aspecto assimétrico presente na concepção epifenômica de Marx ficou dissolvido (p. 64).

As concepções de ideologia de Marx tiveram grande influência em diversos pensadores europeus, com Gramsci, Mannheim e Althusser. Gramsci via ideologia como *hegemonia*, isto é, uma liderança moral e intelectual. A luta ideológica se dava na apropriação ou reapropriação de determinados elementos, mais do que na confrontação de paradigmas opostos. A luta ideológica era uma luta *dentro* do terreno da ideologia, mais do que *entre* ideologias, e operava pelo consenso (Guareschi, 2003). Gramsci fez uma distinção entre: (a) ideologias historicamente orgânicas, necessárias a uma determinada estrutura e que têm validade “psicológica”, pois “organizam” as massas humanas, formando o terreno sobre o qual as pessoas lutam, adquirem consciência de sua posição, etc e (b) ideologias arbitrarias, racionalistas, “desejadas”, que criam apenas movimentos individuais, polêmicas, etc. (Gramsci, 1978).

O sociólogo Mannheim concebeu ideologia de maneira complexa, em formulações diversas permeadas de ambiguidade. Löwy (1985) sintetiza o conceito de ideologia de Mannheim como um conjunto de noções, formas de representação e valores orientados para promover estabilidade e legitimação, ou mesmo reprodução, da ordem estabelecida. Entendido assim, o conceito era desprovido de caráter transformador e distinguia-se da noção de utopia. Löwy (1985) argumenta que utopia adquire caráter crítico ao ser formulada como ideias, representações e teorias que aludem à realidade ainda inexistente, negando a ordem estabelecida que a ideologia procura afirmar, promovendo ruptura. Ideologia e utopia não são noções absolutas, variam no tempo e com a história; o que é ideologia num período pode ser utopia em outro, ou uma visão de mundo pode adquirir caráter ideológico ou utópico conforme a predominância de certos elementos. Utopias diferentes aparecem no curso da história em decorrência de classes que contestam a ordem estabelecida. Em Mannheim e Löwy, as diferentes classes sociais produzem as ideologias que, por sua vez, não são internamente uniformes e livres de contradição, quer dizer, não são consensuais necessariamente.

Thompson (1995, pp. 69-71) chama esta formulação de “restrita” e considera-a uma visão crítica, na medida em que a ideologia adquire seu sentido em oposição ao de utopia e esta última alude

à discordância da realidade. Contudo, não é crítica no sentido pleno, visto que elimina a vinculação com a *dominação* de classe que havia em Marx.

Há outro emprego do termo ideologia em Mannheim, a ideologia total, que aludia ao fenômeno mais global das concepções, ideias, representações, teorias, doutrinas, orientações como expressões de interesses e posições de grupos e classes. A ideologia total podia adquirir a forma de ideologia ou utopia. Ideologia total (geral) aludia a sistemas de pensamento coletivo relacionados ao contexto social. A “neutralização do conceito de ideologia” que Thompson (1995, p. 62) menciona em relação a diversos pensadores ocorre também em parte no pensamento de Mannheim, na formulação total geral.

A fim de evitar confusões no emprego do termo ideologia com estes sentidos distintos em Mannheim, e buscando garantir clareza, Löwy (1985, p. 13) sugere chamar a ideologia total geral de “visão social de mundo”, aludindo às cosmovisões, que podem ser ideológicas ou utópicas.

O filósofo Althusser (1974), herdeiro do marxismo, formulou o conceito de ideologia em relação ao Estado. Empregou o termo designando a ideologia em geral. Ideologia, como concepções de mundo, (a) caracteriza-se, simultaneamente, por ser ilusória e aludir à realidade; representa relações imaginárias das pessoas com as suas condições de existência, ou seja, com as relações de produção e de classe, e (b) tem existência material, cuja manifestação se dá por intermédio dos Aparelhos Ideológicos de Estado, que prescrevem práticas materiais, reguladas por rituais materiais, que existem em atos materiais que se inscrevem na existência material de um aparelho ideológico (não está no domínio das ideias). As práticas só existem por meio de ideologia e só existe ideologia por meio de sujeitos e para os sujeitos; a ideologia é constitutiva dos sujeitos, na medida em que praticam ininterruptamente rituais de reconhecimento ideológico, cuja prática é eterna. Tal prática de reconhecimento ideológico que Althusser chamava de consciência é, todavia, distinta do conhecimento científico do mecanismo deste reconhecimento, que seria algo a que se precisaria chegar, se quisermos romper com a ideologia. Ele elaborou uma concepção de ideologia que Thompson (1995, p. 75) considera neutra; Guareschi (2000a, p. 60; 2000b, p. 42) considera sua concepção material, podendo ser tanto positiva (neutra) como negativa.

A teoria proposta por Marx para a compreensão da sociedade foi recuperada pela Escola de Frankfurt numa elaboração que incluiu os desenvolvimentos

de Freud. As semelhanças na estrutura epistêmica entre o marxismo e a psicanálise possibilitaram que os intelectuais da Escola de Frankfurt as tomassem como fundamento para a elaboração de uma teoria crítica que assumiu o conceito de ideologia. As teorias críticas são marcadas por características distintivas: são formas de conhecimento reflexivo, diferentes epistemologicamente das Ciências Naturais, que visam produzir esclarecimento, de modo que as pessoas possam decidir sobre seus interesses verdadeiros, e são inerentemente emancipatórias, libertadoras. A psicanálise e o marxismo são teorias críticas. A essência da teoria crítica da sociedade - propósito da Escola de Frankfurt - é a crítica à ideologia, chamada *Ideologiekritik*, em que ideologia é compreendida como aquilo que impede que as pessoas reconheçam seus interesses e se libertem de coerções; ideologia é falsa consciência, é ilusão (Geuss, 1988). As teses defendidas pelos membros desta Escola são, de acordo com Geuss: (a) a inseparabilidade entre crítica da sociedade e crítica da ideologia dominante; (b) a *Ideologiekritik*, entendida como uma forma de conhecimento em que a ideologia é criticada por ser falsa, ilusória; (c) a *Ideologiekritik*, concebida como diferente epistemologicamente das ciências naturais baseadas no empirismo; requerendo outros modos de conhecimento que não passam pela metodologia do experimento. O conceito de ideologia na Escola de Frankfurt, ainda que com grande diferença entre autores, reteve o aspecto negativo, crítico, de Marx e agregou o aspecto psicológico de Freud, abordando, entre outras, a questão da distinção entre os interesses verdadeiros que deveriam ser esclarecidos para a emancipação e os interesses aparentes ou percebidos, apontando um caminho para a sua inserção no campo da Psicologia Social.

Como destacamos anteriormente, Thompson (1995) relaciona as formulações do conceito de ideologia a duas visões: (a) uma descritiva e, portanto, neutra, sem julgamento de valor e sem direcionamento à preservação ou transformação da ordem social, e (b) outra que relaciona ao processo de manutenção de relações assimétricas de poder (dominação), ligada à perspectiva crítica, preservando a conotação histórica negativa. Ao fornecer a sua elaboração do conceito, sua intenção é remeter ao sentido acumulado ao longo das transformações históricas e simultaneamente evitar inconsistências que o passado demonstrou. Busca, ainda, combater a neutralização do conceito. Sua formulação é, assim, negativa e identifica o propósito da análise ideológica à concepção crítica orientada à análise concreta de fenômenos sócio-

históricos. Para Thompson (1995), “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (p. 76). Compreende que um fenômeno simbólico (ou forma simbólica) não é, necessariamente, ideológico; ele é ideológico quando serve, em determinadas circunstâncias sócio-históricas, para criar ativamente, manter e reproduzir relações de dominação. À análise ideológica cabe, deste modo, averiguar caso a caso como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas pelas pessoas em contextos determinados. Formas simbólicas abrangem ações, falas, imagens, textos, expressões linguísticas, não linguísticas, quase-linguísticas. Poder é entendido como capacidade conferida às pessoas social ou institucionalmente; dominação ocorre quando há relações de poder estabelecidas sistematicamente de maneira assimétrica, ou seja, “quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes...” (p. 80). A formulação de ideologia de Thompson resgata alguns elementos do conceito em Marx. Mantém o caráter negativo, posto que relaciona o conceito à noção de dominação; mas difere da ideia de que as formas simbólicas têm que ser necessariamente errôneas e ilusórias para serem ideológicas; elas podem, mas não precisam ser ideológicas; a ideologia nem sempre opera através do obscurecimento e da falsa interpretação. Thompson diferencia seu conceito de Marx também ao ressaltar que as formas simbólicas (do sentido) são constitutivas da realidade e não meramente expressões dela. A natureza do estudo da ideologia é ligada à análise do poder e da dominação no contexto das relações entre ação, instituições e estruturas sociais, ou seja, no contexto de uma teoria social. Ao situar o estudo da ideologia no contexto de uma teoria social e questionar o caráter coeso e uniforme atribuído a sistemas de valores e crenças (sociedades contemporâneas não se formam a partir de consenso, mas de uma pluralidade de visões), o autor afasta o estudo da ideologia dos valores e normas consensuais que formam uma visão distorcida da realidade – falsa consciência – e direciona o estudo da ideologia para a linguagem, como um meio de ação social, pois é através dela que a ideologia opera.

Como se pode ver, a história do conceito de ideologia é entremeadada de mudanças e ambiguidades – “um terreno minado” (Guareschi, 1996a, p. 82) -, algumas das quais procuramos referir nesta breve e incompleta revisão. A formulação de ideologia proposta por Thompson é a que mais riqueza e

propriedade aponta aos estudos em uma forma específica da Psicologia Social, da qual trataremos a seguir.

### **Ideologia e Psicologia Social**

O campo da Psicologia Social, assim como o da ideologia, é complexo e atravessado por formulações diversas. Ao elaborar sobre quais seriam os fenômenos intrinsecamente sociais aos quais a Psicologia Social deveria se ater, Moscovici (1972) postulou o estudo dos processos culturais, que organizam os saberes em uma sociedade, estabelecem relações interindividuais, formam movimentos sociais, codificam condutas interindividuais e intergrupais. Esta realidade social comum é criada pelos meios de comunicação e seus produtos são as ideologias. Com isso, colocou a comunicação e a ideologia como focos da Psicologia Social.

Moscovici propôs esta forma da Psicologia Social em um contexto sócio-histórico em que a área havia se concentrado no conceito atitudes – compreendidas como disposições individuais -, opiniões e, em decorrência, dos comportamentos observáveis; em que a dimensão coletiva das ações humanas era abarcada principalmente pela soma das atitudes individuais, caracteristicamente com métodos experimentais e quantitativos. No entanto, a Psicologia Social nem sempre focou o indivíduo no conceito de atitudes. A Sociologia e a Psicologia norte-americanas empregavam este conceito desde os anos 1920, conforme mostrou Farr (1996), concebido como a dimensão subjetiva da cultura, valores coletivos, noção que servia para diferenciar grupos humanos. Em meados da década de 1930, com o marco da publicação do artigo clássico de Allport (1935) sobre atitudes, aludindo à disposição individual, seguido de anos de produção intelectual teórica e empírica em que muitas pesquisas e publicações fizeram uso do conceito de atitudes nesta formulação individualizada - entre as quais a importante série de quatro volumes conhecida como *The American Soldier* (em ordem de publicação, Stouffer, Suchman, De Vinney, Star & Williams, 1949; Stouffer et al., 1949; Hovland, Lumsdaine, & Sheffield, 1949; Stouffer, Guttman, Suchman, Lazarsfeld, Star, & Clausen, 1950) -, a Psicologia Social começou a se individualizar nos Estados Unidos. Esta passou a coexistir, em anos posteriores, com linhas de trabalho desenvolvidas por outros pesquisadores que concebiam genuinamente uma dimensão mais propriamente social nas ações humanas. A tendência individualizada na Psicologia

Social norte-americana se fortaleceu muito a partir dos anos 1960, com a noção de cognição social.

Moscovici (1972, 1976) formulou a teoria das representações sociais em contraposição à Psicologia Social como ciência dos indivíduos, desenvolvendo-a com a colaboração de diversos intelectuais. Tal teoria se difundiu inicialmente na Europa, expandiu-se para a América Latina e posteriormente para os Estados Unidos. Representações sociais são conjuntos de saberes sociais, modos de conhecimento do senso comum, que se constituem e se mantêm nas interações sociais cotidianas e são cultivadas na sociedade. Abarcam crenças, atitudes, opiniões, práticas; são cognitivas, afetivas e comportamentais. Elas são formas simbólicas que possibilitam o entendimento entre as pessoas e a manutenção dos vínculos sociais por intermédio da comunicação. As representações sociais são formas de conhecimento da realidade. Elas supõem que a formação do sentido se dá na relação entre as pessoas e é mantida por elas; não são necessariamente consensuais, suportam contradições e transformações (Guareschi, 1996b; Jodelet, 1991; Jovchelovitch, 1998; Moscovici, 1984, 1988; Moscovici & Marková, 1988; Moscovici & Vignaux, 2000).

A relação das representações sociais com a ideologia se dá de maneiras diversas. Representações sociais são ideológicas, na concepção de ideologia geral de Mannheim, como conjunto de concepções, ideias, representações, teorias, doutrinas, orientações, ou como Löwy (1985) prefere chamar, visão geral de mundo. Entretanto, no sentido que Thompson (1995) elabora, as representações sociais não são ideológicas necessariamente. Elas podem ser, mas não necessitam, já que os sistemas simbólicos não são ideológicos em si mesmos. As representações simbólicas têm que ser analisadas em cada contexto sócio-histórico e cultural específico de modo a ser possível determinar ou não se servem para criar, manter e reproduzir relações sistemáticas assimétricas de poder, ou seja, se servem à dominação.

Ao colocar a ideologia e a comunicação como focos da Psicologia Social, Moscovici não só valorizou o aspecto sociológico que havia outrora neste campo, como também recuperou a possibilidade de abarcar uma dimensão ética e crítica.

Na Psicologia Social, há diversos autores que trabalham com a visão crítica da ideologia, focando a análise da linguagem, sem buscar identificar a falsidade ou veracidade das formulações, isto é, sem adotar a noção de ideologia como falsa consciência, mas buscando detectar e compreender os meios

linguísticos e discursivos pelos quais se criam e mantêm-se relações de desigualdade, na acepção de ideologia de Thompson (1995).

### **Produção científica em ideologia: o que se divulga na *Psicologia & Sociedade*?**

A breve reconstrução histórica do conceito de ideologia nos levou a indagar sobre a sua inserção na Psicologia Social brasileira. Sem a pretensão de uma revisão sistemática, mas com o intuito de identificar tendências, sentidos e relações com a produção em Psicologia Social, realizamos uma pesquisa na *SciELO Brasil* (em 29/03/2016), na revista *Psicologia & Sociedade*, base de dados “artigo”, em todos os índices digitando “ideologia”. Assumimos que a referida revista seja representativa da produção mais ampla na discussão dessa relação entre ideologia e Psicologia Social, pois é uma das referências centrais para produções na área.

Pesquisando em todos os volumes (51) disponibilizados online no período de 2002 a 2016 (até o vol. 28, n. 1), contabilizamos 860 artigos. Lemos os resumos e fizemos uma busca pela palavra ideologia (ou *ideology*, ou *ideología*) no corpo dos artigos. Excluímos aqueles em que a palavra só era citada no resumo ou nas referências. Restaram 18 (Accorssi, Scarparo, & Guareschi, 2012; Batista, Grisci, Gallon, & Figueiredo, 2013; Brussino, Alonso, & Imhoff, 2015; Caniato, 2007; Caniato & Rodrigues, 2012; Chaves & Ribeiro, 2014; Crespo & Freire, 2014; Euzébios & Guzzo, 2009; Fontenelle, 2010; Heilborn & Cabral, 2013; Juárez-Salazar, 2015; Laureano & Peixoto, 2014; Lima & Machado, 2012; Mattos & Ferreira, 2004; Nogueira, 2013; Nunes & Camino, 2011; Roso, Strey, Guareschi, & Bueno, 2002; Xavier, 2002), incluindo artigos do Prêmio ABRAPSO. Isto representa 2,09 % das referências na revista.

Os 18 artigos foram relidos na íntegra diversas vezes e analisados considerando algumas categorias construídas *a priori*. Elegemos algumas destas para apresentar aqui, quais sejam: tipo de artigo (teórico ou empírico), título, palavras-chave, autores consagrados do campo da ideologia referidos, concepção de ideologia adotada e relação com a Psicologia. Definimos intencionalmente como autores consagrados Destutt de Tracy, Marx, Althusser, Mannheim, Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin e Habermas. Entendemos que estes não são os únicos, mas fizemos tal delimitação por serem os mais citados no levantamento, com exceção de Destutt de Tracy, que, embora não citado, foi incluído por ser o precursor do conceito.

Do total de artigos, a maioria é teórico (72,23%) e os demais são empíricos (27,77%): escalas com adultos de ambos os sexos, escala com jovens mulheres em sua maioria (23 anos), *survey* com jovens de ambos os sexos (18-24 anos), entrevistas abertas com jovens homens (22 anos) e análise de publicidade televisiva.

Com relação ao título, apenas dois empregam a palavra ideologia e um (1) a expressão político-ideológica, significando que 83,3% do total não fazem referência à ideologia. Nas palavras-chave, observamos uma empregabilidade maior, entretanto mais da metade dos artigos não emprega ideologia (55,55%). As palavras-chave foram diversas, mas podemos constatar que a palavra ideologia é central à maioria dos artigos (44,44%), Psicologia Social é a segunda mais citada (22,22%) e representações sociais, a terceira (16,66%). Salientamos, ainda, que apenas três perspectivas teóricas ou sistemas em Psicologia foram citados nas palavras-chave: Psicologia Social Crítica, Psicanálise e Estudos Culturais.

Verificamos que as referências aos autores aqui considerados consagrados dirigiram-se a Marx (16,66%), Althusser, Adorno e Horkheimer (11,11% cada), além de Gramsci, Marcuse e Benjamin (5,55% cada). Outros autores consagrados não foram trabalhados. Porém, o fato de referendar não significa que os argumentos desenvolvidos no artigo foram sustentados na concepção de ideologia do autor referido. Metade dos artigos não fez referência aos autores ditos consagrados (50%). Identificamos também uma variedade de autores utilizados para operar com o conceito de ideologia, mas destacaram-se Žižek e Thompson (16,66% cada).

É interessante enfatizar que pouco mais da metade dos artigos não traz uma definição clara de ideologia (55,5%). Com relação à concepção adotada, podemos dizer que 55,5% assume ideologia no sentido de Thompson, ainda que não o citem. Os artigos se preocupam com ideologia de gênero, ideologia da supremacia racial, ideologia neoliberal, ideologia da meritocracia, ideologia da competição, ideologia da culpabilização do pobre, ideologia da indústria cultural e ideologia do patriarcado.

Os demais artigos tratam ideologia no sentido althusseriano, como uma visão de mundo, adquirindo uma concepção positiva (neutra), caracterizando-se por ser ilusória e aludir à realidade, e representando relações imaginárias das pessoas com as suas condições de existência, como mencionamos na história do conceito de ideologia, ou, ainda, sustentados em Žižek, como uma “nova produção discursiva”, como uma “fantasia social” (Fontenelle, 2010, pp. 216-217).

Por fim, assinalamos que nem todos os artigos mencionam a Psicologia (27,79%), alguns a mencionam apenas para destacar seu caráter intervencionista ou como produtora de conhecimento (33,33%) e outra parcela (38,88%) traça relações diretas entre Psicologia e ideologia. Nesta parcela, alguns autores fazem uma crítica à Psicologia, caracterizando-a como reprodutora de relações de poder/dominação (e.g., reprodutora da perversidade do Outro, fascista, legitimadora da competição) ou, então, situam-na como um campo de saber que tem a responsabilidade de fazer a crítica das relações de poder/dominação, isto é, devendo ter como objeto de estudo a ideologia, como foi preconizado por Moscovici.

### **A relevância e urgência da revitalização do conceito de ideologia hoje – alguns exemplos**

O conceito de ideologia, tal como foi proposto criticamente, pode contribuir para a reflexão sobre a sociedade brasileira no momento atual, considerando as condições sócio-históricas e políticas que estamos vivendo. Os dois exemplos que seguem ajudam a justificar a importância do uso do conceito.

#### *O emprego da forma simbólica “corrupção” como instrumento de dominação.*

Nenhum governo forte se sustenta sem uma ideologia. Assim foi com o nazismo (a “raça pura”) e o fascismo (o retorno ao império romano). Talvez alguns da geração pós-Segunda Guerra Mundial ainda se lembrem de como o “comunismo ateu” foi usado, em toda a América Latina, mas principalmente no Brasil, como a grande ameaça que pairava sobre o Ocidente Cristão. Foi suficientemente mostrado como foi a partir dessa “forma simbólica” apavorante que se legitimou o Golpe de 1964. Qualquer movimento, ou grupo, que fosse ligado ao comunismo era automaticamente combatido, preso e execrado, sem maiores comprovações. Mesmo que isso representasse apenas uma possibilidade, já era suficiente para ser reprimido. Um vocabulário específico, com adjetivos cuidadosamente escolhidos, foi sendo construído pela mídia (Diários Associados, Rede Globo, Jornal do Brasil) para manter a sociedade vigilante contra esse inimigo sorrateiro, perigoso e terrorista - o comunismo. Foi assim que as elites - a classe média urbana - conseguiram levar a população às ruas para defender os “valores cristãos e a democracia”. Em nome do anticomunismo, o país padecia 21 anos de ditadura. Meio século depois, ressurgiu um inimigo comum - a corrupção da coisa pública e os corruptos - para garantir a coesão ideológica de uma elite financeira,

sustentada por uma elite política. Os oligopólios privados da mídia, que controlam o espaço privado onde se forma a opinião pública, detêm o poder de definir as formas simbólicas para a construção deste inimigo. Eles definem, com cuidadosa precisão, o que é corrupção e quem são os corruptos. Na análise de Lima (2016), com a colaboração ativa e decisiva da grande mídia, “talvez seja a participação militante de setores do Judiciário que, seletivamente, escolhem qual corrupção devem investigar, e quais os corruptos devem ser julgados e condenados”.

O resultado dessa estratégia é um país dividido, a intolerância e o ódio. Os tempos passam, mas as estratégias e os mecanismos ideológicos de luta pelo poder se repetem e perpetuam os mesmos grupos e interesses. Como conclui Lima (2016), “a maior e mais antidemocrática de todas as corrupções é a corrupção da opinião pública”.

Creemos que tal realidade que vivemos neste momento no Brasil comprova a importância do estudo da ideologia, dentro da Psicologia Social, ainda mais considerando que apenas uma pequena parcela dos artigos levantados na revista *Psicologia & Sociedade* estabelece relações diretas entre Psicologia e ideologia. Acreditamos que ideologia, como categoria de análise, poderá ampliar as possibilidades de compreender os mecanismos do uso da “corrupção” como forma simbólica passível de ser manipulada, contribuindo para construir e garantir mais democracia e justiça.

#### *O uso da ideologia como hegemonia: uma estratégia das elites intelectuais e financeiras*

A ideologia é de extrema relevância à Psicologia Social no seu emprego como “estratégia hegemônica”, como discutido por Gramsci (1980). O estrondoso debate que se armou no Brasil sobre a questão da corrupção, principalmente após a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, levou inclusive a um processo para seu impedimento. Poucos se dão conta de que por detrás desse fato se esconderam diversas ideologias, disfarçadas com certo verniz científico, criadas por diversos intelectuais que analisaram a população brasileira e que contribuíram para garantir a hegemonia das elites brasileiras. Entre outras ideologias ocultas no debate, estava o *patrimonialismo*, isto é, a ideia de que o Estado é corrupto e que o mercado é virtuoso. Essa ideologia tem servido de arma nas mãos dos ricos para “o golpismo de ontem e de hoje” (Souza, 2015, p. 253), contra governos como Getúlio Vargas, João Goulart, Luiz Inácio Lula da Silva e agora Dilma Rousseff, que, de uma maneira ou outra, tentaram uma redistribuição da riqueza. Sem o auxílio desses intelectuais a serviço das elites,

difícilmente se poderia manter uma desigualdade social em que 1% da população ganha exatamente o que ganham 50%. A “inteligência brasileira” presta-se a garantir essa hegemonia e possibilita a justificação “de que os problemas brasileiros não vêm da grotesca concentração da riqueza social em pouquíssimas mãos, mas sim da corrupção apenas do Estado” (Souza, 2015, p. 10).

A narrativa do Estado demonizado e do mercado virtuoso, primeiro construída ‘cientificamente’, e depois reproduzida de modo ‘naturalizado’ e ‘autoevidente’ como truísmo aceito por todos, seja nas práticas de todas as instituições, seja nas esquinas de todo o país, criando o pano de fundo perfeito para o assalto à inteligência nacional. (Souza, 2015, p. 254)

Formas simbólicas ideológicas, tais como essa, têm o papel de garantir a hegemonia de grupos especiais e estabelecem uma espécie de cegueira, que leva a uma leitura superficial e simplificadora da realidade. Nenhuma sociedade se mantém sem que haja formas simbólicas que sustentem e reproduzam as suas relações sociais. Quando essas relações contribuem para manter assimetrias, desigualdades e injustiças, são chamadas de ideologias. Essas formas simbólicas podem ser determinadas teorias, criadas e sustentadas nas universidades e escolas, também pelos meios de comunicação, através de inúmeras estratégias e, ainda, pela seleção das notícias, de diferentes formas de entretenimento como novelas, filmes e narrativas, que produzem e reproduzem os interesses de grupos que não querem perder seu poder e privilégios.

#### **Considerações finais**

O conceito de ideologia é complexo; foi formulado de maneira distinta e com valorações diferentes ao longo da história. Ainda que constitua um campo em que transpareçam desacordos conceituais, pensamos que uma Psicologia Social que se proponha sociológica não pode prescindir da ideologia numa visão crítica como centro de suas preocupações, juntamente com a comunicação. Quando a Psicologia Social se afasta de seus principais objetos de estudo ou categoria analítica, ainda que reconheçamos que novas categorias devam ser construídas, corremos o risco de enfraquecê-la. Estudar ideologia é fazer Psicologia.

Consideramos que é fundamental uma Psicologia capaz de provocar e potencializar reflexões críticas sobre os acontecimentos políticos de dias presentes, afinal, como denunciou Tiburi (2016), “o fato de que as pessoas que vivem em um regime democrático não saibam o que é democracia é uma questão por si só muito grave” (p. 66). É preciso tensionar o que está

acontecendo no Brasil e nos perguntarmos: *por que está acontecendo? Quem fala o que fala e de que lugar fala? O que significa corrupção em tempos pós-modernos? O que está por detrás dos discursos que sustentam golpes contra a democracia?*

Certamente, os discursos podem ser postos em ação para criar um território de dialogicidade, quando se prima pelo entendimento mútuo, ainda que existam diferenças de opinião e não se suprimam os conflitos. Por outro prisma, discursos podem servir para sustentar relações de poder injustas, quando os conflitos são justamente abafados e a dialogicidade não é reconhecida, gerando uma prática que visa privilegiar certas pessoas ou grupos de pessoas. É exatamente no campo discursivo e da prática em Psicologia que o conceito de ideologia se constitui como uma ferramenta analítica extremamente importante para a análise sociopsicológica da sociedade.

### Notas

- <sup>1</sup> O presente artigo deriva especialmente das reflexões continuadas do Núcleo de Pesquisa e Estudo “Encontros em Psicologia Social Crítica: Reflexões Dialógicas”, coordenado pelo professor Dr. Pedrinho A. Guareschi.
- <sup>2</sup> Expressão utilizada por grupos fundamentalistas, que tentam convencer populações de que gênero é uma prática de inversão de sentido sexual, por meio da qual se imporia uma absoluta ditadura *queer, trans, gay, homossexual* (Tiburi, 2016).
- <sup>3</sup> Entre as diversas concepções de ideologia de autores importantes não contempladas neste artigo, estão as de Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin e Habermas.

### Referências

- Accorssi, A., Scarparo, H., & Guareschi, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536-546. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000300007>
- Allport, G. W. (1935). Attitudes. In C. Murchinson (Ed.), *Handbook of Social Psychology* (pp. 798-844). Worcester, MA: Clark University Press.
- Althusser, L. (1974). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença.
- Batista, M. K., Grisci, C. L. I., Gallon, S., & Figueiredo, M. D. (2013). Slow movement: trabalho e experimentação do tempo na vida líquido-moderna. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 30-39.
- Brussino, S., Alonso, D., & Imhoff, D. (2015). Dimensiones culturales, afectivas y cognitivas del comportamiento de voto al kirchnerismo. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 351-361.
- Caniato, A. (2007). A banalização da mentira como uma das perversões da sociedade contemporânea e sua internalização como destrutividade psíquica. *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 96-107. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000300014>
- Caniato, A. M. P. & Rodrigues, S. M. (2012). A construção psicossocial da competição: o engano na cumplicidade de uma falsa vida. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 23-35.
- Chaves, J. C. & Ribeiro, D. R. (2014). Arte em Herbert Marcuse: formação e resistência à sociedade unidimensional. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 12-21.
- Crespo, E. & Freire, J. C. (2014). La atribución de responsabilidad: de la cognición al sujeto. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 271-279.
- Euzébios, A. & Guzzo, R. S. L. (2009). Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. *Psicologia & Sociedade*, 21(1), 35-44.
- Farr, R. M. (1996). *The Roots of Modern Social Psychology – 1872-1954*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Fontenelle, I. A. (2010). O fetiche do eu autônomo: consumo responsável, excesso e redenção como mercadoria. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 215-224. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000200002>
- Geuss, R. (1988). *Teoria crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt*. Campinas, SP: Papirus.
- Gramsci, A. (1978). *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (1980). *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers.
- Guareschi, P. A. (1996a). A ideologia: um terreno minado. *Psicologia & Sociedade*, 8(2), 82-94.
- Guareschi, P. (1996b). Representações sociais: alguns comentários oportunos. In C. M. Nascimento-Schulze (Org.), *Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social* (pp. 9–35). Florianópolis: UFSC. (Coletâneas da ANPEPP, 10)
- Guareschi, P. A. (2000a). Ética e ideologia. In *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética* (pp. 47-68). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guareschi, P. A. (2000b). Representações sociais e ideologia. *Revista de Ciências Humanas* (Florianópolis), 2(n. spe.), 33-46.
- Guareschi, P. A. (2003). *Sociologia da prática social* (3ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Heilborn, M. & Cabral, C. S. (2013). Youth, gender and sexual practices in Brazil. *Psicologia & Sociedade*, 25(n. spe.), 33-43.
- Hovland, C. I., Lumsdaine, A. A., & Sheffield, F. D. (Eds.). (1949). *Experiments in Mass Communication*. Studies in Social Psychology in World War II (Vol. 3). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Jodelet, D. (1991). *Madness and Social Representations*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Jovchelovitch, S. (1998). Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. *Psicologia & Sociedade*, 10(1), 54-68.
- Juárez-Salazar, E. M. (2015). Sociedad y ideología desde Lacan y Althusser: una propuesta de psicología crítica. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 609-617.
- Laureano, P. S. & Peixoto, C. A. (2014). Três pontos de vista sobre o capitalismo atual: um estudo a partir de Harvey, Jameson, Zizek, Deleuze e Negri. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 02-11. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100002>
- Lima, V. A. (2016, 11 de março). A maior de todas as corrupções. *Carta Maior* (on line). Acesso em 16 agosto, 2016, em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-maior-de-todas-as-corrupcoes/4/35682>

- Lima, A. M. & Machado, L. B. (2012). O “bom aluno” nas representações sociais de professoras: o impacto da dimensão familiar. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 150-159. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000100017>
- Löwy, M. (1985). *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Mattos, R. M. & Ferreira, R. F. (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 47-58. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000200007>
- Moscovici, S. (1972). Society and Theory in Social Psychology. In J. Israel & H. Tajfel (Eds.), *The Context of Social Psychology* (pp. 17-68). London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse: son image et son public* (2ª ed.). France: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1984). The Phenomenon of Social Representations. In R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social Representations* (pp. 03-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1988). Notes Towards a Description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (2003). Sociedade e teoria em Psicologia Social. In *Representações sociais: investigações em Psicologia Social* (pp. 111-166). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. & Marková, I. (1988). Presenting Social Representations: A Conversation. *Culture & Psychology*, 4(3), 371-410.
- Moscovici, S. & Vignaux, G. (2000). The concept of themata. In S. Moscovici & G. Duveen (Eds.), *Social Representations: Explorations in Social Psychology* (pp. 156-183). Cambridge: Polity Press.
- Nogueira, S. G. (2013). Ideology of white racial supremacy: colonization and de-colonization processes. *Psicologia & Sociedade*, 25(n. spe.), 23-32. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000500004>
- Nunes, A. V. L. & Camino, L. (2011). Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 135-143. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000100015>
- Roso, A., Strey, M. N., Guareschi, P., & Bueno, S. M. N. (2002). Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & Sociedade*, 14(2), 74-94. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822002000200005>
- Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa.
- Stouffer, S. A., Guttman, L., Suchman, E. A., Lazarsfeld, P. F., Star, S. A., & Clausen, J. A. (Eds.). (1950). *Measurement and Prediction*. Studies in Social Psychology in World War II, Vol. 4. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Stouffer, S. A., Lumsdaine, A. A., Lumsdaine, M. H., Williams, R. M., Smith, M. B.; Janis, L. L., Star, S. A., & Cottrell, I. S. (Eds.). (1949). *The American Soldier: Combat and its Aftermath*. Studies in Social Psychology in World War II (Vol. 2). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Stouffer, S. A., Suchman, E. A., De Vinney, L. D., Star, S. A., & Williams, R. M. (Eds.). (1949). *The American Soldier: Adjustment During Army Life*. Studies in Social Psychology in World War II (Vol. 1). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Tiburi, M. (2016). *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- Xavier, R. (2002). Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? *Psicologia & Sociedade*, 14(2), 18-47. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822002000200003>

Submissão em: 19/05/2016

Revisão em: 18/07/2016

Aceite em: 25/07/2016

*Pedrinho A. Guareschi* é doutor em Psicologia Social e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa “Ideologia, Comunicação e Representações Sociais”.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600, sala 124, CEP 90035-003. Porto Alegre/RS, Brasil.  
E-mail: [pedrinho.guareschi@ufrgs.br](mailto:pedrinho.guareschi@ufrgs.br)

*Adriane Roso* é doutora em Psicologia e professora da Universidade Federal de Santa Maria. Professora no Programa de Pós-graduação em Psicologia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa “Saúde, Minorias Sociais e Comunicação”.  
E-mail: [adriane.roso@ufsm.br](mailto:adriane.roso@ufsm.br)

*Denise Amon* é doutora em Psicologia. Pesquisadora independente e consultora, professora colaboradora em diversas instituições de ensino superior. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa “Ideologia, Comunicação e Representações Sociais”. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional.  
E-mail: [deniseamon@gmail.com](mailto:deniseamon@gmail.com)